

# Relatório Anual 2016

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA

Diretoria Executiva de Administração e Finanças  
Superintendência de Operações Administrativas  
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT**  
Tangara da Serra - MT

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudoeste de Mato Grosso - Sicredi Sudoeste MT em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras, que descreve a aprovação e incorporação da Sicredi Carajás. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/F-6



Danielo Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA  
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

ATIVO	31/12/2015 (Reapresentado)		PASSIVO	31/12/2015	
	31/12/2016			31/12/2016	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>698.180</b>	<b>514.708</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>308.584</b>	<b>272.455</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	11.120	7.044	DEPÓSITOS (NOTA 10)	136.847	88.285
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	310.236	201.360	Depósitos à Vista	126.808	81.051
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7	7	Depósitos a Prazo	10.039	7.234
Correspondentes no país	852	666	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	108.544	85.980
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	309.377	200.687	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	13	5
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	332.731	285.169	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	108.531	85.975
Operações de Crédito	381.499	309.889	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.583	1.397
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(48.768)	(24.720)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.583	1.397
OUTROS CRÉDITOS	27.586	18.523	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	5.481	23.847
Créditos por Avais e Fianças Honrados	865	75	Empréstimos País - Outras Instituições	5.481	23.847
Rendas a Receber	2.206	3.076	OUTRAS OBRIGAÇÕES	56.129	72.946
Diversos (NOTA 06)	25.767	15.710	Cobrança e Arrecadação de Tributos	74	43
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.252)	(338)	Sociais e Estatutárias	3.741	2.193
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	16.507	2.612	Fiscais e Previdenciárias	1.764	1.892
Outros Valores e Bens	17.619	2.584	Diversas (NOTA 13)	50.550	68.818
(Provisão para desvalorização)	(1.145)	-			
Despesas Antecipadas	33	28			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>107.911</b>	<b>67.429</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>303.505</b>	<b>168.272</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	59.116	35.005	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	303.505	168.272
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	59.115	34.913	DEPÓSITOS (NOTA 10)	300.276	167.155
Operações de Crédito	80.141	45.680	Depósitos a Prazo	300.276	167.155
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(21.026)	(10.767)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.625	1.117
OUTROS CRÉDITOS	1	92	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	1.625	1.117
Diversos (NOTA 06)	1	92	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.604	-
			Diversas (NOTA 14)	1.604	-
PERMANENTE	48.795	32.424	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>194.002</b>	<b>141.410</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	23.056	18.850	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	116.617	85.508
Outros Investimentos	23.056	18.850	De Domiciliados no País	117.556	85.938
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	20.176	9.647	(Capital a Realizar)	(939)	(430)
Imóveis de Uso	2.097	1.930	RESERVAS DE SOBRAS	63.920	48.397
Outras Imobilizações de Uso	28.920	14.505	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	13.465	7.505
(Depreciação acumulada)	(10.841)	(6.788)			
INTANGÍVEL (NOTA 09)	5.563	3.927			
Outros Ativos Intangíveis	9.325	6.496			
(Amortização acumulada)	(3.762)	(2.569)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>806.091</b>	<b>582.137</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>806.091</b>	<b>582.137</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA  
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>63.501</b>	-	<b>63.501</b>	<b>117.674</b>	-	<b>117.674</b>	<b>99.457</b>	-	<b>99.457</b>
Operações de Crédito	63.501	-	63.501	117.674	-	117.674	99.457	-	99.457
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(35.028)</b>	<b>(263)</b>	<b>(35.291)</b>	<b>(64.876)</b>	<b>(428)</b>	<b>(65.304)</b>	<b>(69.533)</b>	<b>(574)</b>	<b>(70.107)</b>
Operações de Captação no Mercado	(18.113)	(21)	(18.134)	(31.815)	(34)	(31.849)	(23.877)	(29)	(23.906)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.441)	(242)	(3.683)	(6.804)	(394)	(7.198)	(12.764)	(545)	(13.309)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.474)	-	(13.474)	(26.257)	-	(26.257)	(32.098)	-	(32.098)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>28.473</b>	<b>(263)</b>	<b>28.210</b>	<b>52.798</b>	<b>(428)</b>	<b>52.370</b>	<b>29.924</b>	<b>(574)</b>	<b>29.350</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(12.039)</b>	<b>3.222</b>	<b>(8.817)</b>	<b>(20.857)</b>	<b>6.190</b>	<b>(14.667)</b>	<b>(12.684)</b>	<b>7.453</b>	<b>(5.231)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.674	6.155	10.829	8.259	11.097	19.356	6.255	9.335	15.590
Rendas de Tarifas Bancárias	4.666	-	4.666	8.697	-	8.697	5.832	-	5.832
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(17.005)	(1.185)	(18.190)	(29.077)	(1.763)	(30.840)	(21.077)	(1.333)	(22.410)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(15.259)	(1.478)	(16.737)	(26.330)	(2.333)	(28.663)	(18.915)	(2.226)	(21.141)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(101)	(305)	(406)	(362)	(558)	(920)	(121)	(461)	(582)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	27.598	675	28.273	48.417	744	49.161	37.027	2.937	39.964
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(16.612)	(640)	(17.252)	(30.461)	(997)	(31.458)	(22.479)	(799)	(23.278)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>16.434</b>	<b>2.959</b>	<b>19.393</b>	<b>31.941</b>	<b>5.762</b>	<b>37.703</b>	<b>17.240</b>	<b>6.879</b>	<b>24.119</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>811</b>	<b>(8)</b>	<b>803</b>	<b>1.096</b>	<b>(6)</b>	<b>1.090</b>	<b>161</b>	<b>(2)</b>	<b>159</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>17.245</b>	<b>2.951</b>	<b>20.196</b>	<b>33.037</b>	<b>5.756</b>	<b>38.793</b>	<b>17.401</b>	<b>6.877</b>	<b>24.278</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>851</b>	<b>851</b>	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	507	507	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	344	344	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>17.245</b>	<b>3.802</b>	<b>21.047</b>	<b>33.037</b>	<b>5.756</b>	<b>38.793</b>	<b>17.401</b>	<b>6.877</b>	<b>24.278</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>5.756</b>	<b>(5.756)</b>	-	<b>6.877</b>	<b>(6.877)</b>	-
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>17.245</b>	<b>3.802</b>	<b>21.047</b>	<b>38.793</b>	-	<b>38.793</b>	<b>24.278</b>	-	<b>24.278</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(24.941)</b>	-	<b>(24.941)</b>	<b>(16.773)</b>	-	<b>(16.773)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.072)	-	(8.072)	(6.869)	-	(6.869)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.346)	-	(1.346)	(751)	-	(751)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.118)	-	(12.118)	(6.754)	-	(6.754)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.405)	-	(3.405)	(2.399)	-	(2.399)
<b>RESULTADO DE INCORPORAÇÃO</b>	<b>(387)</b>	-	<b>(387)</b>	<b>(387)</b>	-	<b>(387)</b>	-	-	-
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>16.858</b>	<b>3.802</b>	<b>20.660</b>	<b>13.465</b>	-	<b>13.465</b>	<b>7.505</b>	-	<b>7.505</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA  
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>64.741</b>	<b>39.244</b>	<b>10.482</b>	<b>114.467</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	10.482	-	(10.482)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.339	-	-	5.339
Baixas de capital	(1.581)	-	-	(1.581)
Resultado do período	-	-	24.278	24.278
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(751)	(751)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.754	(6.754)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.527	-	(6.869)	(342)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.399	(2.399)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>85.508</b>	<b>48.397</b>	<b>7.505</b>	<b>141.410</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>20.767</b>	<b>9.153</b>	<b>(2.977)</b>	<b>26.943</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>85.508</b>	<b>48.397</b>	<b>7.505</b>	<b>141.410</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.463	-	(7.463)	-
Outras destinações	-	-	(42)	(42)
Saldo de Incorporação	17.840	11.421	(11.808)	17.453
Reversões de reservas saldo Incorporada	-	(11.421)	11.421	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.152	-	-	5.152
Baixas de capital	(7.050)	-	-	(7.050)
Resultado do período	-	-	38.793	38.793
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.346)	(1.346)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.118	(12.118)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.704	-	(8.072)	(368)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.405	(3.405)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>116.617</b>	<b>63.920</b>	<b>13.465</b>	<b>194.002</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>31.109</b>	<b>15.523</b>	<b>5.960</b>	<b>52.592</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2016</b>	<b>93.544</b>	<b>48.397</b>	<b>17.746</b>	<b>159.687</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Saldo de Incorporação	17.840	11.421	(11.808)	17.453
Reversões de reservas saldo Incorporada	-	(11.421)	11.421	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.033	-	-	3.033
Baixas de capital	(5.504)	-	-	(5.504)
Resultado do período	-	-	21.047	21.047
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.346)	(1.346)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.118	(12.118)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.704	-	(8.072)	(368)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.405	(3.405)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>116.617</b>	<b>63.920</b>	<b>13.465</b>	<b>194.002</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>23.073</b>	<b>15.523</b>	<b>(4.281)</b>	<b>34.315</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA**  
CNPJ/MF nº 32.995.755/0001-60

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>20.189</b>	<b>40.787</b>	<b>39.363</b>
Resultado do semestre/exercício	21.047	38.793	24.278
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(858)</b>	<b>1.994</b>	<b>15.085</b>
Provisão para operações de crédito	(171)	552	14.016
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(563)	(563)	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	(306)	(117)	177
Depreciação do imobilizado de uso	1.036	1.844	1.425
Amortização do intangível	416	730	585
Baixas do ativo permanente	350	383	69
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	252	309	(31)
Destinações ao FATES	(1.346)	(1.346)	(751)
Dividendos SicrediPar	(526)	202	(405)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>9.529</b>	<b>89.986</b>	<b>36.123</b>
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.385	(2.338)	(2.368)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	134	(196)	75
(Aumento) Redução em operações de crédito	(31.735)	(9.196)	22.481
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	35.406	17.776	(16.175)
(Aumento) Redução em outros créditos	(5.941)	(15.274)	(3.748)
(Aumento) em outros valores e bens	(5.688)	(5.897)	(1.359)
Aumento (Redução) em depósitos	(26.406)	109.626	33.307
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(822)	64	224
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	230	(19.357)	(6.039)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(570)	(1.159)	(1.080)
(Redução) Aumento em outras obrigações	23.347	(24.850)	10.805
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(10.660)</b>	<b>49.199</b>	<b>75.486</b>
Aquisição de Investimentos	-	-	(136)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.471)	(7.639)	(3.927)
Aplicações no Intangível	(303)	(1.366)	(1.810)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.774)</b>	<b>(9.005)</b>	<b>(5.873)</b>
Integralização de capital	3.033	5.152	5.339
Baixa de capital	(5.504)	(7.050)	(1.581)
Juros ao capital próprio	(368)	(368)	(342)
Distribuição de Sobras	-	(42)	-
Patrimônio Líquido de incorporada	17.453	17.453	-
Caixa e equivalentes de caixa oriundo de incorporação	16.640	16.640	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>31.254</b>	<b>31.785</b>	<b>3.416</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>37.009</b>	<b>112.766</b>	<b>73.029</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	283.488	207.731	134.702
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	320.497	320.497	207.731

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/03/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 03/10/2016, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 08, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa. Também será reapresentado o valor de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Outros Ingressos e Receitas Operacionais e Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a alteração na contabilização da provisão de coobrigações, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Ativo circulante</b>	<b>514.799</b>	<b>(91)</b>	<b>514.708</b>
OUTROS CRÉDITOS	18.614	(91)	18.523
Diversos	15.801	(91)	15.710
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>67.338</b>	<b>91</b>	<b>67.429</b>
OUTROS CRÉDITOS	1	91	92
Diversos	1	91	92

<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(5.231)</b>	<b>(794)</b>	<b>(6.025)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	15.910	(320)	15.590
Rendas de Tarifas Bancárias	5.512	320	5.832
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	35.627	4.337	39.964
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(18.147)	(5.131)	(23.278)
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>38.491</b>	<b>(2.368)</b>	<b>36.123</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>77.854</b>	<b>(2.368)</b>	<b>75.486</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(8.241)</b>	<b>2.368</b>	<b>(5.873)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017.

#### a) Incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudeste Paraense - Sicredi Carajás PA

Em 03 de outubro de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sudeste Paraense - Sicredi Carajás PA. A incorporação foi realizada com base em laudo de avaliação sobre o patrimônio líquido contábil emitido por auditores independentes, com data-base de 30 de setembro de 2016. A incorporação foi realizada ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade.

Apresentamos abaixo os saldos incorporados em 30 de setembro de 2016 e que impactaram as Demonstrações financeiras da Cooperativa:

	<b>Saldo de Incorporação</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>Ativo circulante</b>	<b>92.846</b>
DISPONIBILIDADES	2.503
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16.483
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.069
OUTROS CRÉDITOS	4.357
OUTROS VALORES E BENS	7.434
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>9.941</b>
PERMANENTE	9.941
INVESTIMENTOS	4.206
IMOBILIZADO DE USO	4.735
INTANGÍVEL	1.000
<b>Passivo circulante</b>	<b>85.334</b>
DEPÓSITOS	72.056
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4.832
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	121
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	991
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.334
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>17.453</b>
CAPITAL SOCIAL	17.840
RESERVAS DE SOBRAS	11.421
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(11.808)

#### NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

##### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

##### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### **c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### **d) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### **e) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### **f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

### **g) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

### **h) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

### **i) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

### **j) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### **k) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

### **l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

### **m) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	11.120	7.044
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	309.377	200.687
Total	320.497	207.731

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

#### NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

##### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	251.345	65.508	316.853	250.929
Financiamentos	13.163	10.765	23.928	20.828
Financiamentos rurais e agroindustriais	116.991	3.868	120.859	83.812
Carteira total	381.499	80.141	461.640	355.569

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	865	-	865	75
Títulos e créditos a receber (i)	18.078	1	18.079	12.241
Total	18.943	1	18.944	12.316

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

##### b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	163.497	133.650	817	668
Nível B	1,00	152.088	114.136	1.521	1.141
Nível C	3,00	42.235	53.303	1.267	1.599
Nível D	10,00	38.169	22.651	3.817	2.265
Nível E	30,00	13.659	9.802	4.098	2.941
Nível F	50,00	17.830	13.239	8.915	6.620
Nível G	70,00	8.318	1.800	5.823	1.260
Nível H	100,00	44.788	19.304	44.788	19.304
Total (i)		480.584	367.885	71.046	35.798

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (2015 - R\$ 27).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				2015	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	25.004	58.736	74.163	27.826	185.729	142.285
Rural	763	7.101	109.127	3.868	120.859	83.812
Industrial	1.390	2.301	4.510	4.600	12.801	23.534
Comércio	5.342	33.490	43.459	29.709	112.000	82.742
Outros Serviços	3.405	12.072	19.579	14.139	49.195	35.512
Total	35.904	113.700	250.838	80.142	480.584	367.885

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	46.156	9,60	46.737	12,70
50 devedores seguintes	91.928	19,13	72.953	19,83
100 devedores seguintes	91.724	19,09	68.296	18,56
Demais	250.776	52,18	179.899	48,90
Total	480.584	100	367.885	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	35.825	21.632
Constituição de provisão	26.404	32.892
Saldo de Incorporação	34.787	-
Movimentação de baixados para prejuízo	(25.970)	(18.699)
Saldo final	71.046	35.825

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 9.755 (2015 - R\$ 4.547), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 31.488 (2015 - R\$ 13.897).

**NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	171	127
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.034	1.801
Devedores por depósitos em garantia	81	128
Impostos e contribuições a compensar	680	575
Títulos e créditos a receber	18.078	12.240
Valores honrados	346	154
Cotas de consórcio	1.064	98
Devedores por convênios	1	17
Operações com cartões	90	88
Pendências a regularizar	1.282	96
Outros	940	386
Total Circulante	25.767	15.710

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	91
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	92

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

**NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS**

	2016	2015
Bens não de uso próprio	17.619	2.584
Imóveis	16.288	2.389
Veículos e afins	956	-
Bens em regime especial	375	195
Despesas antecipadas	33	28
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.145)	-
<b>Total Circulante</b>	<b>16.507</b>	<b>2.612</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.145 de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 08 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	11.466	9.388
Sicredi Participações S.A.	11.587	9.461
Outras Participações e Investimentos	3	1
Sicredi Fundos Garantidores	3	1
<b>Total</b>	<b>23.056</b>	<b>18.850</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.750.900 ON	3.061.658 ON	1	1	11.465.697	9.387.647
	7.835.732 PN	6.399.184 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,33%	1,18%	0,83%	0,95%	9,76%	8,03%
Capital social	869.279	804.351	165	138	117.452	116.950
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	122.111	121.225
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	500	585
Valor do investimento	11.587	9.461	3	1	11.466	9.388

**NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	31.017	(10.841)	20.176	9.647
Imobilizações em curso	-	3.889	-	3.889	2.474
Terrenos	-	70	-	70	70
Edificações	4%	2.027	(542)	1.485	1.400
Instalações	10%	11.531	(4.114)	7.417	2.253
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.806	(2.018)	3.788	1.527
Sistema de comunicação	10%	203	(86)	117	91
Sistema de processamento de dados	20%	6.430	(3.474)	2.956	1.480
Sistema de segurança	10%	689	(350)	339	138
Sistema de transporte	20%	372	(257)	115	214
Intangível (i)	5% a 15%	9.325	(3.762)	5.563	3.927
Investimentos Confederação		9.325	(3.762)	5.563	3.927
<b>Total</b>		<b>40.342</b>	<b>(14.603)</b>	<b>25.739</b>	<b>13.574</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 10 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	126.808	-	-	126.808	81.051
Depósitos a prazo	4.551	5.488	300.276	310.315	174.389
<b>Total</b>	<b>131.359</b>	<b>5.488</b>	<b>300.276</b>	<b>437.123</b>	<b>255.440</b>

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	108.531	78.040
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	108.531	78.040
Outros Recursos	-	7.935
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	7.935
<b>Total circulante</b>	<b>108.531</b>	<b>85.975</b>
Recursos do Crédito Rural	1.625	1.117
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.625	1.117
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>1.625</b>	<b>1.117</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 02/12/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	5.481	23.847
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	5.481	4.219
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	19.628
<b>Total circulante</b>	<b>5.481</b>	<b>23.847</b>

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 04/03/2017.

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	14.845	45.737
Obrigações por convênios oficiais	13	6
Provisão para pagamentos a efetuar	7.469	5.415
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	524	203
Provisão para coobrigações (i)	3.463	2.353
Juros dívida subordinada (ii)	165	-
Pendências a regularizar	1.773	204
Operações com cartões	17.566	11.442
Demais fornecedores	661	451
Credores diversos	4.071	3.007
<b>Total circulante</b>	<b>50.550</b>	<b>68.818</b>
Principal dívida subordinada (ii)	1.604	-
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>1.604</b>	<b>-</b>

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

**NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	100	-	-	100
Cível	103	620	(299)	424
Total	203	620	(299)	524

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	100	100
Cível	Provável	424	103
Total		524	203

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 12; R\$ 1.065 e R\$ 64 (2015 - R\$ 0, R\$ 1.155 e R\$ 64), respectivamente.

**NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	116.617	85.508
Total de associados	59.000	44.099

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 31.109 (2015 – R\$ 20.767) sendo R\$ 15.167 (2015 – R\$ 17.009) via integralização de resultados e R\$ 5.152 (2015 – R\$ 5.339), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.050 (2015 – R\$1.581). Além do aumento de R\$ 17.840 resultante da incorporação.

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.072 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sudoeste MT/PA - Sicredi Sudoeste MT/PA utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 600 (R\$ 150 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).



**NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	38.793	24.278
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(16.293)	(10.197)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	-
Provisão resgate milhas cartão	(2)	135
Provisão de PPR	45	15
Receita com atos cooperativos	13.876	6.960
Juros sobre o capital próprio	3.390	2.748
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	472
Outros	(1.016)	(133)
Subtotal	16.293	10.197
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

**NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	309.377	200.687
Outros Créditos - Rendas a receber	1.005	1.841
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	2.968	1.930
Investimentos (Nota 08)	23.056	18.850
Intangível (Nota 09)	5.563	3.927
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 11)	110.156	87.092
Obrigações por empréstimos	5.481	4.219
Outras Obrigações - Diversas	16.932	11.362
Principal dívida subordinada	1.769	-
<b>Receitas</b>		
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	4.398	98
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	36.020	25.003
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.205	8.751
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	1.959	1.537
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	13.335	10.930

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	90	0,07%	68
Depósitos a prazo	1.171	0,38%	331
Operações de crédito	508	0,11%	334

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.639	2.668

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 28.663 (2015 - R\$ 21.141), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	4.061	3.406
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	34.165	23.385
Reversão de provisões operacionais	8.237	6.328
Outras rendas operacionais	2.698	6.845
Total	49.161	39.964

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	5.760	3.975
Contribuição O.C.E.	118	96
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.597	1.337
Contribuição Confederação Sicredi	7.786	6.494
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.432	2.028
Contribuição Sureg	9	46
Encargos da administração financeira	185	138
Repasse Administradora de Cartões	871	552
Outras provisões operacionais	7.284	5.805
Outras despesas operacionais	5.316	2.807
Total	31.458	23.278

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	124.544	101.245
Coobrigações em cessões de crédito	174	189
Total	124.718	101.434

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

## II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

## III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

#### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
<b>O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:</b>	<b>191.408</b>	140.413
Capital principal - CP	191.408	140.413
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	63.920	48.397
Lucros acumulados	13.465	7.505
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.594	997
	-	-
<b>O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:</b>	<b>1.416</b>	-
Ativo classificado como dívida subordinada	1.416	-
Dívida subordinada	-	-
	-	-
<b>Total do capital qualificado</b>	<b>192.824</b>	140.413
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	72.425	59.702
Índice sobre o PR considerando a RBAN	28,21%	26,15%
Situação para o limite de imobilização	23.149	12.579
Índice de imobilização (limite 50%)	12,01%	8,96%

---

**NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

João Coelho Pinheiro  
Diretor Executivo  
CPF: 329.782.941-91

---

Elisangela Dalmolin do Amaral Moura  
Diretora de Operações  
CPF: 819.625.841-00

---

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz  
Contador  
CRC: RS-071614/O-8  
CPF: 961.880.300-72